

### Frente A - Módulo 45

#### Exercícios de Fixação

**01** Uma prática e respectiva explicação: política de massas / realizar rituais e cerimônias grandiosos, criando a ideia da participação ativa de todos na construção de uma nova sociedade mais igualitária. fortalecimento da identidade nacional / estimular o nacionalismo como forma de contrabalançar a crise de identidade dos indivíduos, principalmente dos trabalhadores desempregados. construção de uma comunidade idealizada / pregar o resgate de um passado nacional, contrapondo-o ao isolamento das sociedades modernas urbano-industriais. união entre o trabalho e o capital / construir o discurso da valorização da capacidade do Estado disciplinar a luta de classes, organizando de forma harmoniosa e corporativa a sociedade em prol do bem comum e nacional.

**02** e

**03** 01, 02, 04, 16

#### Exercícios Complementares

**01** b

**02** 02, 04, 08

**03** e

**04** a

**05** d

### Frente A - Módulo 46

#### Exercícios de Fixação

**01** a) O debate cultural do século XIX mantinha vínculos com o avanço da industrialização e do liberalismo. Ocorriam cada vez mais investimentos estatais e empresariais nas pesquisas científicas. Nesse contexto, destaca-se o avanço na sistematização e na ampliação dos conhecimentos acerca da natureza e das origens das espécies. A teoria de Charles Darwin contribuiu para ampliar o debate entre as concepções criacionistas, associadas ao cristianismo, e o papel das ciências na desmistificação das interpretações religiosas.

b) No caso das pessoas, podemos citar o estereótipo do negro como farrista e preguiçoso e também o do mestiço, como degenerado. Já no caso das terras, podem-se identificar o estereótipo da ausência de valores causada pelo clima tropical (o que se confirmaria pelas vestimentas curtas das mulheres) e o do local propício a doenças.

**02** c

**03** d

**04** c

**05** c

**06** b

#### Exercícios Complementares

**01** d

**02** d

**03** 02, 08

**04** 01, 16

**05** 01, 02, 03

### Frente A - Módulo 47

#### Exercícios de Fixação

**01** a) Reforma agrária, segundo o Plano de Ayala apresentado por Emiliano Zapata. Tratava-se de uma reivindicação das massas camponesas de origem predominantemente indígena, cuja exclusão econômica e social fora agravada durante o Porfiriato – período imediatamente anterior à Revolução.

b) Incorporação das camadas populares ao processo político, como decorrência da maciça participação dos camponeses na Revolução; e redistribuição da terra a uma parte do campesinato, graças à reforma agrária de 1917.

**02** a) Reforma agrária, segundo o Plano de Ayala apresentado por Emiliano Zapata. Tratava-se de uma reivindicação das massas camponesas de origem predominantemente indígena, cuja exclusão econômica e social fora agravada durante o Porfiriato – período imediatamente anterior à Revolução.

b) Incorporação das camadas populares ao processo político, como decorrência da maciça participação dos camponeses na Revolução; e redistribuição da terra a uma parte do campesinato, graças à reforma agrária de 1917.

**03** d

**04** a

**05** c

**06** b

#### Exercícios Complementares

**01** d

**02** a

**03** e

**04** e

**05** a

### Frente A - Módulo 48

#### Exercícios de Fixação

**01** Mudança: desmembramento de Estados multinacionais, com a formação de diferentes Estados-nação.

Motivo: temor das nações capitalistas europeias quanto ao avanço do bolchevismo russo para seus territórios.

**02** a) Os poemas de Kipling traduzem concepções teóricas que, fundadas no darwinismo social, procuravam justificar ideologicamente a dominação imperialista, afirmando a superioridade do homem branco europeu sobre os negros, amarelos e mestiços, considerados raças inferiores. Assim, o branco europeu, segundo Kipling, acreditava ter a missão de levar aos “inferiores” a civilização que, basicamente, consistia-se de sua alfabetização, hábitos higiênicos e evangelização.

b) África, Ásia, Austrália e América Latina foram as principais regiões cobertas pelo imperialismo inglês. De maneira geral, os ingleses nelas aplicavam os seus excedentes de capitais, financiando as principais atividades produtivas. Ainda tinham como objetivo dominar o seu consumidor de produtos industrializados e fornecedor de matérias-primas, bem como os pontos estratégicos para a navegação e colônias de matérias-primas, bem como os pontos estratégicos para a navegação e colônias de povoamento para atender a sua população.

**03** 01, 02, 03, 05

**04** d

#### Exercícios Complementares

**01** c

**02** a

**03** 01, 02, 03

04 b  
05 a

## Frente A

### Exercícios de Aprofundamento

01 05  
02 c  
03 02, 08, 16  
04 04, 16  
05 02, 16  
06 c  
07 a  
08 e  
09 d

## Frente B - Módulo 45

### Exercícios de Fixação

- 01 a) Ao assumir a Presidência da República, o General Costa e Silva empenhou-se, entre outras coisas, em ampliar os instrumentos jurídicos e institucionais de controle político e social segundo os parâmetros da Segurança Nacional, vigentes à época, em favor do saneamento político do regime e da imposição do ideário de 1964. Diante da crise política entre Executivo e Congresso Nacional e do crescimento e acirramento da oposição ao regime, foi editado o Ato Institucional nº 05, de 13 de dezembro de 1968, pelo qual: 1. Foi mantida a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e das Constituições estaduais, ressalvadas as modificações estabelecidas no próprio ato (Art. 1º); 2. Determinou-se a possibilidade do Presidente da República decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, transferindo-lhe, neste caso a competência para legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios (Art. 2º, § 1.º); 3. Possibilitou que o Presidente da República, no interesse nacional, a faculdade de decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição (Art. 3º); 4. Autorizou o Presidente da República, no interesse de preservar a Revolução, da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, a possibilidade de suspender os direitos políticos, aplicando-se nesse caso simultaneamente (cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função, suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais, proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política e aplicação, quando necessárias de medidas de segurança, tais como: liberdade vigiada, proibição de frequentar determinados lugares, domicílio determinado) (Art. 4º, 5º, I a IV); 5. Concedeu ao Presidente da República a possibilidade de cassar mandados eletivos federais e estaduais e municipais (Art. 4º); 6. Autorizou o Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, a decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo (Art. 7º); 7. Validou a suspensão da garantia do habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular (Art. 10º); 8. Estabeleceu a exclusão da apreciação judicial dos atos praticados em virtude do ato institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos (Art. 11º). Tais disposições normativas têm em comum o fato de estreitarem os limites impostos à ordem social e política nacional, impondo restrições aos direitos políticos e civis dos brasileiros e o fato de potencializar o protagonismo e a prevalência do Executivo Federal sobre o Legislativo e o Judiciário, impondo limites e usurpando para si parte de suas competências originárias.
- b) Atuando nos Estados, o DOPS, desde a segunda metade da década de 1940 a 1969, abrigava as Delegacias de Ordem Política, de Ordem Social, de Estrangeiros, de Ordem Econômica, de Armas e Explosivos e, também, o Serviço Secreto. A ele era atribuída a função de investigação dos mo-

vimentos sociais e políticos e da vigilância política de estrangeiros e dos cidadãos, sendo responsável pela emissão de “Atestado de Antecedentes Políticos e Sociais”, mais conhecido como “Atestado Ideológico”, àqueles que não tinham fichas no órgão para ser apresentado em contratações trabalhistas. A partir de 1964 foi acrescentada a estas funções originais a demanda por se investigar as ações dos movimentos estudantis e das organizações clandestinas. Após o AI-5, foi feita a regulamentação da Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal – DCDF, subordinada à Polícia Federal e esta ao Ministério da Justiça, para que pudesse atuar sobre o controle da imprensa (já havia sido anteriormente regulamentado pela Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 – a Lei de Imprensa). O Decreto-Lei nº 1.077, de 21 de janeiro de 1970 instituiu a censura prévia, exercida de dois modos: ou uma equipe de censores instalava-se permanentemente na redação dos jornais e das revistas, para decidir o que poderia ou não ser publicado, ou os veículos eram obrigados a enviar antecipadamente o que pretendiam publicar para a DCDF, em Brasília. Estava formalizada e instituída a restrição à liberdade de expressão. Em desdobramento da Operação Bandeirantes (Oban), surgida em São Paulo em julho de 1969, destinada a coordenar as ações de repressão sob comando do Exército (a partir da unificação para a atuação dos órgãos da polícia federal, militar e civil) no acompanhamento dos movimentos políticos, indivíduos e organizações sociais foram organizados o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI), conhecidos popularmente como Doi-codi. Embora, as características e funções destes órgãos fossem distintas, eles atuavam de maneira complementar, mantendo uma hierarquia entre eles. Ao DOI competia a execução das ações externas: atividades de vigilância e investigação, atuação em buscas e apreensões, distribuídas em suas divisões institucionais. Já ao CODI competia realizar ações internas, tais como a análise dos dados e a replicação das informações obtidas daqueles que haviam sido capturados, mantendo a guarda dos detidos e a condução dos interrogatórios, inclusive com a utilização de tortura, sendo-lhe atribuída a responsabilidade da maior parte das execuções e dos desaparecimentos de opositores ao regime.

02 d  
03 d

### Exercícios Complementares

01 01, 02, 04, 16  
02 b  
03 e  
04 A anistia no governo Figueiredo, que contrapõe ao AI-5.  
05 b  
06 c

## Frente B - Módulo 46

### Exercícios de Fixação

- 01 a) O candidato deveria identificar e explicar alguma das reações implementadas pelo Congresso Nacional e pela sociedade civil diante das denúncias de corrupção atribuídas ao presidente Fernando Collor de Mello. Entre as reações do Parlamento, destacavam-se investigação de denúncias contra o presidente, criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) e abertura de um processo de impeachment com a posterior cassação dos direitos políticos do presidente por um período de 8 anos. Entre as reações da sociedade civil, pode-se mencionar, por exemplo, a publicação, pela imprensa, de denúncias contra o presidente e contra membros de seu governo, manifestações populares contra o presidente (movimento dos “caras-pintadas” e movimento “Fora Collor”), apoio de entidades e organizações civis ao processo de impeachment, como UNE, UBES, OAB e ABI.
- b) Espera-se que o candidato cite e explique alguns dos valores éticos defendidos pelos que se manifestaram contrários ao presidente Fernando Collor de Mello, tais como: honestidade na gestão dos recursos públicos, lisura no uso de verbas públicas, combate à corrupção, transparência na aplicação de recursos públicos, justiça na punição dos culpados.

- 02 b
- 03 d
- 04 a
- 05 b

## Exercícios Complementares

- 01 d
- 02 b
- 03 c
- 04 b
- 05 e
- 06 a
- 07 c
- 08 a

## Frente B - Módulo 47

### Exercícios de Fixação

- 01 Cabe uma observação sobre a forma pela qual foi elaborada esta questão. A partir de um texto atribuído ao presidente Lula e de um texto sobre a história do Brasil relativo à política externa do Brasil Monárquico, o enunciado pede que se “justifique as diferenças de postura do governo brasileiro quanto às relações do Brasil com a América do Sul”. Para ser mais adequado ao que se pede, o segundo texto deveria reproduzir o texto de uma autoridade governamental da época sobre esta questão. Assim, toma-se uma interpretação sobre a política externa da monarquia (contida no segundo texto) por uma “postura do governo brasileiro”, o que é bastante discutível. Isto posto, pode-se observar que no primeiro texto, o acento cai sobre a necessidade de integração entre os países da América do Sul, sem, portanto, supor uma ideia de hierarquia ou precedência de um país sobre o outro. No segundo texto é notável a existência de uma hierarquia: o Brasil sobrepondo-se aos países do Prata, fortalecendo por esta via a ideia de que o Estado monárquico brasileiro teria tido uma postura imperialista na região do Prata.

- 02 c
- 03 d
- 04 b
- 05 e
- 06 c

## Exercícios Complementares

- 01 a
- 02 a
- 03 e
- 04 a
- 05 c
- 06 b
- 07 d
- 08 a
- 09 d
- 10 a

## Frente B - Módulo 48

### Exercícios de Fixação

- 01 A extradição do General Pinochet, originada do pedido de um juiz espanhol, de corre da avaliação da experiência ditatorial vivida pelo Chile, nos anos 1970. A ditadura chilena significou um desrespeito generalizado aos direitos humanos, atingindo indivíduos de todas as nacionalidades que se opuseram ao regime ditatorial. O ineditismo da medida significou uma nova etapa no debate sobre os direitos humanos, em que os chefes de Estado passam a ser responsabilizados, perante a justiça de outros países, pelo desrespeito e violação a esses direitos. Por outro

lado, abriu-se um difícil processo de avaliação da história contemporânea chilena, inclusive, do papel de Pinochet como liderança política proeminente daquela nação.

- 02 a
- 03 d
- 04 d
- 05 e

## Exercícios Complementares

- 01 e
- 02 d
- 03 b
- 04 b
- 05 e
- 06 04, 08, 32
- 07 02, 04, 08
- 08 c

## Frente B

### Exercícios de Aprofundamento

- 01 c
- 02 d
- 03 c
- 04 b
- 05 01, 04
- 06 a
- 07 b
- 08 d
- 09 a) Lei da Anistia beneficiou todos os cidadãos punidos por atos de exceção desde a edição do AI-1, bem como os militares responsáveis pelas práticas de tortura e especificar os segmentos sociais beneficiados, como estudantes, professores, artistas etc., além dos militares.
- b) A Lei da Anistia não deve ser revogada, pois foi importante para a libertação dos presos políticos e que defendem, também, a ideia de que a Comissão Nacional da Verdade não crie um clima de revanchismo ou represálias contra os militares e que, apenas, esclareça a verdade dos fatos. Deverá identificar, também, a posição contrária, defendida pela Anistia Internacional, que argumenta que manutenção da Lei da Anistia brasileira garante a impunidade para os crimes contra os direitos humanos, defendendo sua revisão ampla.
- 10 c
- 11 b

